Lugar das mulheres negras em uma sociedade colonial–moderna–racista: perspectiva da Geografia

DOI: 10.54446/bcg.v15i1.3416

Cláudio Jorge Moura de Castilho[1], *Juliana Rebeka Falcão dos Santos*[2], *Luana Cristine Ferreira da Silva*[3], *Maria Cristina do Nascimento*[4]

Resumo

No Brasil, as mulheres, inclusive as mulheres negras, ainda não se libertaram de todo das influências do patriarcado que tem norteado seu processo de formação histórico-territorial sob os parâmetros do regime colonial-moderno-racista. Porém, elas nunca se calaram e sempre lutaram para conquistarem o seu lugar na sociedade brasileira, por meio do seu protagonismo no âmbito da produção do espaço urbano. Por este motivo, delimitamos como objetivo principal refletir sobre o lugar das mulheres negras na sociedade brasileira, por meio de ações territoriais realizadas no bairro, na agricultura urbana e nos terreiros. No âmbito do método crítico da abordagem da dimensão histórico-territorial do lugar das mulheres na sociedade brasileira, optamos pelos seguintes métodos de procedimento: revisão bibliográfica, experiências de uso do território a partir do protagonismo feminino, da discussão e da reflexão sobre os achados teóricos e empíricos. Demonstramos, ao final, que, pelas suas ações de protagonismo, as mulheres continuam firmes e fortes na luta pela conquista do seu verdadeiro lugar na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: protagonismo feminino, força do lugar, coque, agricultura urbana, terreiro.

1 Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutor em Geografia e Planejamento do Território e Urbanismo pela Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3). Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: claudio.castilho@ufpe.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3609-9914.

2 Licencianda em geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e bolsista do PIBIC da FACEP. E-mail: juliana.rebeka@ufpe.br. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-8426-5038.

3 Mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente e engenheira florestal pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: luanacristine209@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0004-9194-8063.

4 Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco, especialista em Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos e ativista da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. E-mail: cristina.nascimento@prof.educ.rec.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2129-6966.

Introdução

Não obstante o fato do Brasil ter conquistado sua independência político-administrativa no início do século XIX, libertando-se do domínio direto da metrópole portuguesa, aspectos subjetivos do sistema capitalista colonial-moderno-racista continuaram entranhados nas mentes e ações das suas classes dominantes, norteando ainda os processos de uso social do território.

A subordinação e opressão das mulheres – e, de modo ainda mais grave, das mulheres negras –, resultantes da permanência do patriarcado, constituem uma herança maléfica no seio da sociedade capitalista; a qual tem que continuar a ser denunciada, a fim de promover a efetiva democratização das relações sociais.

Diante do contexto histórico-territorial supracitado, delimitamos como objetivo principal deste artigo refletir sobre o lugar das mulheres negras na sociedade brasileira, o qual ainda se acha norteado pelos imperativos inerentes aos aspectos do sistema capitalista colonial-moderno-racista.

Na perspectiva do método crítico de abordagem da dimensão territorial da sociedade brasileira, a problemática do lugar das mulheres negras só pode ser compreendida considerando que este espaço foi estruturado no âmbito de um sistema que é desigual e injusto, em razão da sua própria natureza. Mas que, contraditoriamente, suscita possibilidades para abertura de brechas à sua própria superação.

O lugar dessas pessoas resulta no fato de serem mulheres negras e, ao mesmo tempo, de serem seres oprimidos pela lógica do sistema capitalista, a qual consiste na busca, a todo custo, da acumulação de capital. Destarte, a luta é anticapitalista, devendo acontecer para combater a decolonialidade do poder e do saber inerente à sociedade de classes, considerando a categoria do território utilizado pela sociedade como espaço "vivo e vivendo". Segundo Santos e Silveira (2001, p. 247), "[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política".

No que tange aos procedimentos metodológicos escolhidos, utilizamo-nos da revisão bibliográfica não exaustiva sobre a questão ora focada; da seleção de experiências de uso do território por ações indicadoras do protagonismo das mulheres negras, com vistas ao fortalecimento dos seus lugares de existência; e da discussão dessas experiências como possibilidade concreta de superação do atual lugar das mulheres na sociedade capitalista.

Por fim, este escrito foi estruturado de modo a tratar: da questão do gênero na geografia humana; do lugar das mulheres negras nos espaços, simultaneamente, abstrato e concreto da sociedade; dos lugares do protagonismo feminino – por meio do território utilizado nas lutas a partir do bairro, da agricultura urbana e dos terreiros – visando ao fortalecimento do território; e das considerações finais em torno das

possibilidades que criam brechas para a abertura dos caminhos necessários ao fortalecimento do seu lugar na sociedade brasileira.

A questão do gênero na geografia humana

De acordo com Lévy e Lussault (2013), foi no espaço universitário anglófono que se formou uma "geografia feminista", a qual teve como escopo mostrar como a utilização do espaço geográfico estaria implicado na produção das identidades sexuadas e da relação integral entre os sexos.

Nesta perspectiva, destacou-se, portanto, uma preocupação geral com relação à valorização da discussão acerca da visibilidade das mulheres – as quais, aliás, não se achavam "invisíveis" por acaso – no âmbito da sociedade capitalista, superando a postura da geografia alheia ao referido problema.

> Baseada no vínculo entre autoridade masculina e retórica científica, a geografia feminista busca igualmente traduzir em que medida a prática geográfica pode contribuir para engendrar, ao mesmo tempo, as desigualdades questionadas (LÉVY & LUSSAULT, 2013, p. 394).

Lévy & Lussault (2013) ainda ressaltaram que a evolução da geografia feminista pode ser compreendida por meio de 3 etapas: a primeira, de inspiração liberal, consistiu na descrição da fragmentação das posições entre homens e mulheres expressas pela utilização dos espaços públicos e privados, do acesso diferencial aos recursos econômicos e da especialização das tarefas concernentes aos sexos; a segunda, de inspiração marxista derivada da "geografia do *welfare*" – mais empírica que teórica – discutia a questão do gênero no seio da teoria do poder e das relações de dominação pelo conceito de patriarcado; e a terceira, inspirada na pós-modernidade, suscitou a disseminação de várias outras direções.

> A desconstrução implica na desestabilização dos fundamentos das categorias de sexo e de gênero para dar lugar a uma percepção de identidades sempre fluidas e indeterminadas, exemplificadas por experiências ditas transgressivas relacionadas a diferentes usos do espaço de acordo com os sexos, suscitando a gay and lesbian theories. O "retorno do sujeito" impõe um tipo de contra-tendência que reforça os estudos feministas que conservam o "sujeito feminino" munido da sua capacidade de resistir e inovar para além da autoridade normativa da categoria sexual (LÉVY & LUSSAULT, 2013, p. 395).

Refletindo sobre a questão do gênero na geografia urbana, Smith (1996) também reconheceu que este campo do conhecimento científico tem sido insensível à questão, incorrendo no erro frequente de subordinar o comportamento familiar às atividades realizadas pelos chefes de família do sexo masculino.

Diante do exposto, vale a pena ressaltar que, até tempos muito recentes, ignorou-se o comportamento e as aspirações das mulheres no âmbito das suas respectivas sociedades. Isto quer dizer que não se consideravam mais da metade da sociedade moderna, em muitos países do mundo.

> Até mesmo a mais crítica das análises neomarxistas de consumo coletivo tende a ignorar a vida familiar e o papel das mulheres dentro dela ao considerar as cidades mais como um todo, do que por suas populações diferenciadas por gênero, como veículo de reprodução da força de trabalho. Abordagens como essas, insensíveis a gênero, concentraram-se também principalmente na análise do trabalho assalariado, desvalorizando implicitamente a contribuição do trabalho doméstico não-assalariado na manutenção do sistema urbano (SMITH, 1996, p. 255).

Diante de tais considerações, esta mesma autora ainda reforçou a necessidade de visibilizar o papel das mulheres na sociedade, bem como o desenvolvimento do conceito de relações de gênero na teoria urbana como desafios fundamentais de uma "geografia feminista".

Ressaltamos que há diversos modos de trabalhar a questão do gênero na geografia, entre as quais Silva (2003) destacou as seguintes: vida cotidiana em áreas rurais e urbanas, mercado de trabalho, localização de serviços sociais (creches, escolas, transportes), uso do espaço público e privado, trabalho doméstico, mulheres mantenedoras da economia familiar e direitos reprodutivos.

Faz-se necessário, assim, considerar diferentes olhares fundamentados na complexidade referente à vida cotidiana das mulheres no espaço geográfico, na perspectiva de que elas tomem "[...] conciencia de su identidad, de sus capacidades de intervención y de sus necesidades"[5] no sentido de que possam "[...] establecer relaciones sociales y participar más activamente para resolver los problemas de la vida cotidiana pensando en la relación que se estabelece entre ciudad y patriarcado"[6] (LAN, 2009, p. 285).

Contudo, também reconhecendo que ainda é tímida a análise das relações de gênero na geografia, Rui (2020) abordou as inter-relações entre gênero, território e poder, defendendo a necessidade de correlacionar a categoria gênero com a geografia, uma vez que o território constitui uma das primeiras instâncias por meio da qual o poder se articula.

> Nesse sentido, pode-se pensar que o empoderamento das mulheres poderia representar um desafio às relações patriarcais, significar uma mudança na dominação tradicional dos homens

5 "[...] consciência de sua identidade, de suas capacidades de intervenção e de suas necessidades".

6 "[...] estabelecer relações sociais e participar mais ativamente para resolver os problemas da sua vida cotidiana pensando na relação que se estabelece entre cidade e patriarcado".

> sobre as mulheres, na busca de lhes proporcionar garantias e autonomia. O processo de empoderamento da mulher pode trazer à tona, por conseguinte, uma nova concepção de poder, assumindo formas mais democráticas, construindo, assim, novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas (RUI, 2020, p. 55).

Campos e Machado (2023, p. 8) destacaram as relações de gênero no capitalismo de plataforma, com a finalidade de compreender em que medida as tecnologias digitais têm impactado nas dinâmicas territoriais das mulheres. Neste trabalho, defende-se que "[...] existe um reconhecimento crescente de analisar esses processos [de flexibilização da economia pela uberização] a partir de uma perspectiva de gênero, do modo como a economia de plataforma e a digitalização dos fluxos manifestam o gênero como um fator de divisão do trabalho na cidade e na mobilidade das mulheres".

O reestabelecimento do papel relevante das mulheres negras no espaço urbano deve ser realizado, primeiramente, pela elucidação da sua situação de subalternização e opressão, a partir dos seus lugares de atuação e resistência. Com isto, poder-se-á, posteriormente, vislumbrar perspectivas outras de utilização do território em ações sociais realizadas nos – e a partir dos – seus próprios espaços de existência: bairros populares, espaços de produção da agricultura urbana e terreiros.

Enfim, reiteramos que a geografia feminista contribui para a reflexão sobre a libertação de praticamente metade da população do mundo atual, retirando-as da sua condição intencional de seres "invisíveis" e, portanto, reestabelecendo o seu relevante papel no processo de produção do espaço urbano.

Lugar das mulheres – negras – no espaço abstrato da sociedade

Muito embora a exploração das mulheres não tenha constituído o foco central das suas análises, Engels (1975[1845]) e Marx (1985[1867]; 2006[1846]), a partir de meados do século XIX, foram os primeiros pensadores críticos a terem defendido cientificamente a situação precária dessas pessoas na sociedade capitalista. Estes pensadores denunciaram a exploração das mulheres, considerando sua posição nos ambientes do trabalho, pelo mecanismo do patriarcado – funcional para a reprodução das relações capitalistas de produção –, vislumbrando perspectivas historicamente construídas voltadas à sua libertação.

Abordando a angústia da existência das mulheres na sociedade de classes, pela interface entre vida privada e estrutura social, Marx (2006) analisou o problema do suicídio como expressão de uma sociedade enferma, reforçadora do sentimento de mal-estar individual. Como causas deste sentimento, que levava as mulheres ao suicídio, foram apontadas as seguintes: mortes por aborto; casamentos por conveniência; e redução da mulher a mero objeto possuído pelo marido.

Neste último caso, segundo estes pensadores, o suicídio acontecia porque a mulher se achava, devido ao ciúme doentio do seu marido, encarcerada em sua

própria casa. Esses casos deixavam clara a situação de subalternização e opressão das mulheres pelos homens, em função dos mecanismos patriarcais de dominação inerentes ao regime da propriedade privada.

Depois de ter denunciado o sofrimento das mulheres nas fábricas e defendido abertamente a superação das condições desumanas do trabalho às quais elas estavam submetidas, Engels (1987) acentuou que a propriedade privada havia sido o fator responsável preponderante pela situação de desigualdade sexual, tal como aconteceu, de modo cada vez mais célere e intenso, desde a expansão das relações capitalista na sociedade.

De acordo com o raciocínio deste pensador, no início da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no sistema produtivo era complementar e não hierárquica; não sendo, portanto, funcional para o capitalismo.

> A divisão do trabalho na família havia sido a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher. Essa divisão do trabalho na família continuava sendo a mesma, mas agora transformava as relações domésticas, pelo simples fato de ter mudado a divisão do trabalho fora da família. A mesma causa que havia assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa – a exclusividade no trato dos problemas domésticos – assegurava agora a preponderância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição. Isto demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante (ENGELS, 1987, p. 182).

A subalternização e opressão das mulheres acontecia em todas as classes sociais, uma vez que os mecanismos patriarcais constituíam ferramentas inerentes ao próprio funcionamento do capitalismo. Todavia, não se tratou das peculiaridades da questão do gênero nas colônias, nas quais o peso do racismo já se fazia visivelmente presente na dominação opressora dos homens – inclusive de homens negros – sobre as mulheres.

Assim sendo, a situação de subalternização e opressão era mais grave para as pessoas negras, em destaque para as mulheres negras que trabalhavam e viviam sob o capitalismo colonial-moderno-racista, o qual racializava essas pessoas com a finalidade de expropriar o seu trabalho no processo de realização da acumulação de capital. Com efeito, a emancipação política das colônias não havia sido acompanhada de imediato pela abolição da escravidão.

> El polo modernizador estatal de la República, heredera directa de la administración ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, debilita la autonomía, irrumpe en la vida institucional, rasga el tejido comunitario, genera dependencia, y ofrece con la mano la modernidad del discurso crítico igualitario, mientras con la otra ya introdujo los preceptos del individualismo y la modernidad instrumental de la razón liberal y capitalista, conjuntamente con el racismo que somete a los hombres no blancos al estrés y a la emaculación[7] (SEGATO, 2013, p. 73).

Foi somente a partir de meados do século XX que os movimentos das mulheres, impulsionados pela autoconsciência da sua situação de pessoas injustiçadas, tornaram-se mais fortes. E, portanto, preocupação da ciência, aproximando as questões relativas a classe, gênero e raça, as quais, articuladas entre si, buscava dar conta da realidade como uma totalidade complexa em movimento histórico permanente.

Davis (2016), em sua seminal reflexão realizada no começo dos anos 1980, a partir dos movimentos feministas ocorridos nos Estados Unidos, reconheceu a contribuição de Engels (1987), à medida que havia colocado que o capitalismo industrial intensificou a inferioridade das mulheres a partir do processo de organização do trabalho. Com isto, estabeleceu-se a clivagem entre dois tipos claros de economia – a doméstica e a pública – e, por sua vez, limitou-se a presença e o papel das mulheres ao primeiro tipo.

> Na verdade, o lugar da mulher sempre tinha sido em casa, mas durante a era pré-industrial a própria economia centrava-se na casa e nas terras cultiváveis ao seu redor. Enquanto os homens lavravam o solo (frequentemente com a ajuda da esposa), as mulheres eram manufatoras, fazendo tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo o que era necessário para a família. O lugar das mulheres era mesmo em casa [...]. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros. Quando a produção manufatureira se transferiu de casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais. No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação

7 "O polo estatal modernizador da República, herdeiro direto da administração ultramarina, permanentemente colonizador e intervencionista, fragiliza a autonomia, irrompe a vida institucional, rasga o tecido comunitário, gera dependência e oferece com uma mão a modernidade do discurso igualitário crítico, enquanto com a outra mão introduz os preceitos do individualismo e da modernidade instrumental da razão liberal e capitalista, juntamente com o racismo que deixa os homens não-brancos sob estresse e ameaça de emaculação".

> da dona de casa era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência (DAVIS, 2016, p. 50).

Aprofundando esta questão, no contexto colonial da América Latina em que o espaço doméstico foi, paulatinamente, desvalorizado e circunscrito, de modo ainda muito mais perverso, afastando as mulheres negras peremptoriamente do espaço político, Segato (2013) acentuou que

> Los vínculos exclusivos entre las mujeres, que orientaban a la reciprocidad y a la colaboración solidaria tanto ritual como en las faenas productivas y reproductivas, se ven dilacerados en el proceso del encapisulamiento de la domesticidad como "vida privada". Esto significa para el espacio doméstico y quienes lo habitan, nada más y nada menos que un desmoronamiento de su valor y munición política, es decir, de su capacidad de participación en las decisiones que afectan a toda la colectividad[8] (SEGATO, 2013, p. 87).

Entretanto, para Nascimento (2007), o lugar da mulher negra – diferentemente da branca – não ficou restrito ao espaço privado na medida em que ela, ainda no período colonial, havia ingressado no mercado de trabalho, tornando-se, assim, produtora e exercendo papel ativo na sociedade. Isto acontecia, segundo esta mesma pensadora, pelo seu papel na realização dos afazeres domésticos nas casas grandes e nas atividades agrícolas. Acrescentamos que, na cidade, muitas delas vendiam, nas ruas, alimentos produzidos nas cozinhas das casas grandes, devendo entregar o seu ganho às senhoras de engenho.

Gonzalez (2013, p. 232) acentuou que o "lugar atual do grupo humano dominante" – casa grande, sobrados e edifícios de apartamentos – era constituído por moradias saudáveis e situadas em belos recantos da cidade ou do campo e bem servido pelos serviços sociais necessários; enquanto o "lugar central do negro" era o oposto – senzala, favelas, cortiços, "invasões", alagados e conjuntos habitacionais – em meio a precárias condições de saúde, representando uma "divisão racial do espaço"; e a ideia das "prisões" como o outro lugar natural do negro em função da presença policial para reprimir, violentar e amedrontar – e não para proteger – a população negra.

Trata-se de uma proposta que deve ser concretizada no âmbito da filosofia da libertação, a qual, segundo Dussel (2013), posicionando-se contra a ontologia clássica do centro, representa um contradiscurso dos povos oprimidos da periferia, dos trabalhadores assalariados frente ao capital, da mulher violada pelo machismo,

8 "Os laços exclusivos entre as mulheres, orientados para a reciprocidade e a colaboração solidária, tanto ritualmente como nas tarefas produtivas e reprodutivas, são rompidos no processo de encapsular a domesticidade como 'vida privada'. Isto significa para o espaço doméstico e para quem o habita, nada mais e nada menos do que um colapso do seu valor e da sua munição política, ou seja, da sua capacidade de participar das decisões que afetam toda a comunidade".

do filho e da juventude pretendidamente educados e das gerações futuras que receberão um planeta ecologicamente destruído.

> Desde el no-ser, la nada, lo opaco, el otro, la exterioridad, el excluído, el misterio de lo sin-sentido, desde el grito del pobre, parte nuestro pensar. Es entonces, una "filosofía bárbara", que intenta sin embargo un proyecto de trans-o meta-modernidad[9] (DUSSEL, 2013, p. 32).

Desse modo, ao considerar que, para superar o atual lugar da mulher na sociedade capitalista colonial-moderna-racista, é necessário levar em conta, concomitantemente, as questões de classe, gênero e raça, contribuir-se-á para a recuperação da complexidade da problemática ora abordada, favorecendo a compreensão da dinâmica da realidade como totalidade social em permanente processo de mudança, em algum sentido.

O espaço concreto das mulheres negras

A luta das mulheres negras, como mencionado antes, teve diferentes peculiaridades com relação à das mulheres brancas, não obstante suas aproximações no que tangia ao combate à dominação de classe sob a supremacia masculina, reforçada pelo patriarcado.

Fazia-se urgente combater, ao mesmo tempo, o racismo, o qual lhes afastava das suas "companheiras" brancas racistas. Assim, para Davis (2016, p.144), na luta pelo voto das mulheres, "'Mulher' era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis – e não à toa – no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino".

Partindo da ideia de que as pessoas nunca aceitaram, durante muito tempo e sem regatear, a redução dos seus corpos a situações de exploração, subalternização e opressão, sempre houve resistências pelas quais se imaginaram e projetaram novas perspectivas de trabalho e vida na sociedade.

Contudo, as resistências foram esboçadas pela autoconsciência de que sua situação, na sociedade de classes, encontrava-se sob condições intensivas de exploração, subalternização e opressão; e pelos seus encontros em algum lugar do espaço social para se autoconscientizarem do seu real lugar nessa sociedade e, por sua vez, das possibilidades de superação do problema.

Assim, de acordo ainda com Davis (2016, p. 36), "As mulheres resistiam e desafiavam a escravidão o tempo todo. Devido à contínua repressão sofrida, 'não é de se estranhar' [...] que 'a mulher negra frequentemente apressasse as conspirações de escravos' '', notadamente, durante os séculos XVII e XVIII, nos espaços que ela deu

9 "Nosso pensamento parte do não-ser, do nada, do opaco, do outro, da exterioridade, do excluído, do mistério do sem sentido, do grito dos pobres. Trata-se, então, de uma "filosofia bárbara", que, no entanto, tenta realizar um projeto de trans ou metamodernidade".

o nome de "paraísos para fugitivos". Estes espaços, no Brasil, foram chamados de Quilombos, ou seja, territórios construídos por pessoas escravizadas que fugiam das plantações em busca da sua liberdade.

A partir do século XIX, sobretudo quando da abolição da escravidão, as mulheres negras começaram a desenvolver sua autoconsciência de que teriam que continuar lutando no seio dos diversos espaços – lar, associações de mulheres, sindicados etc. – do seu acontecer histórico-territorial enquanto mulheres, nos quais eram percebidas como pessoas inferiores.

Foi, assim, no âmbito da materialidade das suas lutas sociais, que elas perceberam a eficácia da intersetorialidade das suas lutas, superando a então fragmentação das suas atividades, ou seja, "Na condição de mulheres que sofriam com a combinação das restrições de sexo, raça e classe, elas tinham um poderoso argumento pelo direito ao voto" (DAVIS, 2016, p. 146).

Isso aconteceu em função do seu engajamento no movimento socialista, pelo qual se tornou claro quem de fato era o "inimigo comum" que as fazia sofrer, ou seja, o patrão e/ou o capitalista, isto é, "[...] quem quer que fosse responsável pelos salários miseráveis, pelas insuportáveis condições de trabalho e pela discriminação racista e sexista no trabalho" (DAVIS, 2016, p. 145).

Desmascarando o mito da "democracia racial", com a finalidade de dar visibilidade à violência simbólica, especialmente sobre as mulheres negras, que ele oculta, Gonzalez (1984) argumentou que, como herança da sua condição histórica de "mucama", as mulheres negras têm sido enxergadas como serviçais do sexo ou do ambiente doméstico.

Acrescentamos que havia diversos outros modos de prestação de serviços domésticos na sociedade durante e após o regime de escravidão, os quais sempre foram realizados – sobretudo por mulheres negras e pardas – sob as mais precárias formas de exploração, como um passado difícil que demora a ser definitivamente superado.

> Esta "continuidad histórica" está dada por la transposición del trabajo no pago de la esclava al trabajo no pago (o mal pago) de la muchacha como madre sustituta, en los albores de una economía reproductiva propia del espacio doméstico[10] (SEGATO, 2013, p. 185).

O único momento em que, para Gonzalez (1984, p. 235), a mulher negra era percebida como "gente", dando-lhe uma "colher de chá", era quando ela representava a "figura boa da ama negra" – a "mãe preta", a "bá", "cercando o berço

10 "Esta 'continuidade histórica' é dada pela transposição do trabalho não remunerado da escrava para o trabalho não remunerado (ou mal remunerado) da menina como mãe de aluguel, no alvorecer de uma economia reprodutiva típica do espaço doméstico".

da criança brasileira numa atmosfera de bondade e ternura" como se referia Gilberto Freyre –, mas, sem deixar de ser escrava.

Mesmo assim, para Segato (2013, 184), a força do racismo no Brasil acabou por destruir a concepção da mãe preta, na medida em que o preconceito de classe terminou desvalorizando esta função atribuída à mulher negra. Isto aconteceu devido ao preconceito racial de classe "[...] para preservar a los blancos de la contaminación y de la corrupción moral que la presencia de los negros en la intimidad de la casa señorial introducía...".[11]

> Este desplazamiento del ama-de-leche al ama-seca como madre sustituta fue consecuencia de las presiones higienistas ejercidas sobre la sociedad en los consultorios médicos y a través de la prensa escrita de la época: "Porque crió al recién nacido desde los primeros precarios momentos, la figura de ama-de-leche se convirtió en la más terrible y alarmante transmisora de enfermedades"[12] (SEGATO, 3013, p. 183).

De qualquer modo, os estudos e a própria prática dos movimentos sociais – incluindo os feministas associados aos antirracistas – contribuíram não somente para reforçar a necessidade de fazer valer o papel das mulheres, também, no espaço público; e, concomitantemente, para pressionarem em seu favor os poderes governamentais e estatais instituídos.

Território, agricultura urbana e terreiro como lugares do protagonismo feminino preponderantemente negro: fortalecimento do território e libertação

O contexto de segregação e precariedade social representado pela existência de vulnerabilidade de segmentos da classe trabalhadora, mediante a omissão do Estado como provedor de políticas públicas, é inerente à natureza do sistema capitalista colonial-moderno-racista. Neste cenário, para Meyer (1996), tem ocorrido um processo de desvalorização dos modos de resistência provenientes das ações dessas mulheres.

Segundo Corrêa (1989, p. 12), o crescimento da cidade e a distribuição da infraestrutura urbana, na sociedade de classes, acontecem em função dos interesses da acumulação de capital, controlando o acesso à terra urbana e o movimento da classe trabalhadora.

---

11 "[...] preservar os brancos da contaminação e da corrupção moral que a presença dos negros na intimidade do solar introduzia...".

12 "Este deslocamento da ama-leite para a ama-seca como mãe de aluguel foi consequência das pressões higiênicas exercidas sobre a sociedade nos consultórios médicos e mediante a imprensa escrita da época: 'Porque ela criou o recém-nascido desde os primeiros momentos precários', a figura da leiteira tornou-se o mais terrível e alarmante transmissor de doenças".

Entretanto, esboçam-se formas diversas de resistência lideradas por mulheres, devido à sua capacidade de organização e mobilização, lutando para construírem os seus territórios como lugares da sua existência. A militância das mulheres, fundamentada nos seus vínculos comunitários e territoriais, notadamente a partir da década de 1970 no Recife, tem sido marcada pela luta contra ações e discursos reforçadores dos poderes hegemônicos, os quais, intencionalmente, invisibilizam e desvalorizam o protagonismo das mulheres negras.

A organização feminina diante da possibilidade das lutas sociais, econômicas, políticas e ambientais, no espaço urbano, sempre foi marcada pelas suas características diversas em termos de mobilização, dinamismo e energia, a exemplo do que ocorreu no período da ditadura militar. Neste contexto surgiram, em Pernambuco, segundo Nascimento (2019, p. 55), associações como: Mulheres à Luta, Federação das Mulheres de Pernambuco e o Grupo Ação Mulher, que lutavam pela saúde, contra a violência e pela valorização das suas vozes. Sardenberg (2019, p. 139) complementa, afirmando que o legado das mulheres, nestes movimentos, estendeu-se também na busca por autonomia e legitimidade.

Os lugares em que essas lutas vêm tendo maior força são, desde a retomada da "redemocratização" no Brasil, aqueles em que as mulheres negras constituem maioria e, ao mesmo tempo, desempenham um patente protagonismo, ao utilizarem dos seus territórios na perspectiva da conquista da sua cidadania. Isto tem acontecido pela utilização do território em ações calcadas: na busca do acesso aos bens de consumo coletivos para o seu bairro; no desenvolvimento da prática da agricultura familiar; e na valorização da prática cultural fundamentada nas suas ancestralidades, por meio das atividades em terreiros.

Por essa razão, a fim de demonstrar o atual protagonismo feminino das mulheres negras, no Recife, escolhemos três das suas experiências calcadas, respectivamente, na utilização do território nos bairros Coque, Passarinho e Dois Irmãos. No Coque, seu protagonismo acontece por meio da mobilização pela conquista de bens de consumo coletivos para o seu território; em Passarinho, pela prática da agricultura urbana coordenada pelo Grupo Espaço Mulher; e em Dois Irmãos, por meio da rede de mulheres de terreiro, vinculada ao terreiro *Ilê Asè Alagbede Orum*.

Não obstante a diversidade existente entre tais experiências do protagonismo feminino das mulheres negras no Recife, na medida em que as consideramos como uma totalidade complexa, elas permitem compreender em que medida as mulheres estão conseguindo conquistar o seu lugar na sociedade.

Protagonismo das mulheres no bairro Coque, pela conquista de bens de consumo coletivo

Segundo Silva (2016, p. 69), as mulheres das classes populares organizaram-se e mobilizaram-se, a partir dos seus bairros, contribuindo para a redemocratização do país. O que, segundo Rago (1984, p. 91), associava-se à busca da superação da sua

condição de subordinação à figura masculina, rompendo com o patriarcado, no âmbito da luta global pelo direito à cidade.

De acordo ainda com esta mesma pensadora, muitas mulheres trabalhavam assessorando outros grupos populares (figura 1), debatendo temas feministas que se desenvolviam nas universidades, sempre focadas nas melhorias dos seus respectivos espaços de resistência, por meio das associações de moradores/as, dos sindicatos e dos grupos populares.

Figura 1. Mulheres do Coque-Recife.



Fonte: Montagem a partir de imagens do Instragram da Associação de Mãe, Pai e Adolescente do Coque (AMPAC) e cedidas pela Conselheira Tutelar, Nancy Soares, 2024.

O Coque, situado às margens do rio Capibaribe é um território de lutas pelo direito à cidade, protagonizadas pelas mulheres de comunidades, preponderantemente negras, as quais têm conseguido, pelo seu ativismo permanente, conquistar bens de consumo coletivo (obras de infraestrutura urbana, creches etc.) no curso da sua história de vida na cidade.

Segundo Helene (2019, p. 969), na história de cada moradora, as diferenças de gênero estão articuladas a outras formas de opressão que estruturam a sociedade de classes. Entretanto, o reforço da exploração e opressão das mulheres, suscita, contraditoriamente, ações pedagógicas, sociais, culturais, de resistência e políticas promovidas por elas mesmas no seio dos movimentos sociais, fortalecendo a preservação dos saberes e tradições locais.

Essas mulheres, munidas e movidas pelo sentimento de pertencimento à classe trabalhadora, lutam com garra, com vistas à conquista da sua cidadania. Para Barbosa e Oliveira (2008, p. 51), isto acontece na peleja por moradias e por dignidade em termos de habitação, sobretudo nos bairros precários da cidade. É neste contexto que as contradições são superados, fazendo dos seus territórios, segundo Santos (1986, p. 122), campos de forças entre a manutenção dos privilégios das classes dominantes e dos interesses das lutas populares.

As mulheres do Coque, no Recife-PE, começaram suas lutas pela reivindicação do respeito às suas histórias de vida e da dignidade no que tangem às condições de moradia para as suas respectivas famílias[13]. Neste território, a situação da classe trabalhadora ainda se faz mais problemática na medida em que sua posição geográfica em área ribeirinha, que se valoriza pelos interesses especulativos, já constitui de antemão uma ameaça de remoção.

Para Gohn (2007, p. 44), apesar da força dessa mobilização, suas ações ainda se acham invisibilizadas, sobretudo, em territórios como o bairro Coque. Ou seja, as mulheres negras trabalhadoras, que são maioria nessas comunidades e nos movimentos de resistência, ainda são submetidas às opressões cruzadas entre gênero, raça e classe.

Segundo Nascimento (2018, p. 130-131), as mulheres saíram em busca do seu direito de existirem com autonomia, tentando desfazer a organização espacial patriarcal da cidade. Segundo Calió (1997, p. 5), o patriarcado reproduz as dificuldades de acesso à cidade, limitando as oportunidades sociais às mulheres, expondo-as às agressões implícitas ou explícitas e, por sua vez, à opressão.

Davis (2019, p. 42) afirmara que é necessário acabar com o racismo, o heteropatriarcado e os ataques ao meio ambiente, razão por que as lutas das mulheres a partir da utilização dos seus próprios territórios de vida e existência são fundamentais para a democracia e a liberdade. Ou seja, o protagonismo feminino representa o movimento de libertação contra a exploração, subalternização e opressão de todas as pessoas em qualquer tempo e lugar.

Protagonismo das mulheres na agricultura urbana no bairro Passarinho, pelo Grupo Espaço Mulher

Como expressão do sistema capitalista colonial-moderno-racista, os espaços urbanos sempre passaram por processos de modernização norteados, sobretudo, pelos interesses das classes dominantes, agravando, também, a problemática ambiental, tornando a cidade um espaço insustentável à vida humana. Esta insustentabilidade está provocando danos à saúde das pessoas, as quais vêm consumindo alimentos com baixíssimos valores nutricionais.

Neste contexto, a agricultura urbana tem-se mostrado como um modo de resistência, enfrentamento, reconstrução e ressignificação de diversos territórios. São as mulheres, preponderantemente negras, que têm exercido protagonismo crucial no enfrentamento dessa insustentabilidade, por meio das suas ações de proteção e manutenção da agrobiodiversidade.

13 O exemplo de lutas das mulheres negras do bairro Calabar em Salvador-BA constitui experiência semelhante à do Coque. Segundo Barreto (2023, p. 1), as mulheres reuniram-se, também ali, para lutar por moradias e pela implementação de serviços públicos – entre os quais a construção de uma creche – por meio de reuniões sobre suas necessidades, fazendo valer seu protagonismo diante do contexto de permanente ameaça, despertando a consciência política.

Foi neste sentido que essas mulheres criaram, entre os anos 2009 e 2010, o Grupo Espaço Mulher (GEM), na Comunidade Passarinho, localizada no bairro homônimo, com o objetivo de estabelecer um espaço de escuta, fortalecimento e organização social. Destarte, foi-se desenvolvendo um sentido de autonomia feminina para combater as precárias condições de vida no seu território e, ao mesmo tempo, forçando o executivo local a implementar as políticas públicas necessárias.

O GEM foi, assim, responsável pelo desenvolvimento *in loco* da agroecologia, visando à promoção da soberania alimentar, à saúde e ao cuidado com o meio ambiente. Para isto, na busca de alternativas sustentáveis de vida, o papel das mulheres foi fundamental, como atrizes centrais na preservação da vida, utilizando-se dos valores referentes à troca de saberes, à valorização das práticas tradicionais e ao fortalecimento dos vínculos comunitários.

Segundo Oakley (2004), as mulheres apresentam um conhecimento ativo em relação ao sistema agrícola, com múltiplos manejos e usos das variedades empregadas; bem como conseguem mobilizar o compartilhamento de informações e fluxos de sementes, o que se faz fundamental para o respeito à diversidade genética dos cultivos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), as mulheres, frequentemente, são pessoas responsáveis pela seleção de sementes, pelo manejo de animais e pelo uso sustentável de recursos vegetais nos diversos agroecossistemas da Terra, tendo em vista que tudo o que é produzido acontece no entorno familiar (FAO, 1999).

Portanto, a participação das agricultoras no processo de implantação da agricultura urbana (figura 2) faz-se crucial para o uso sustentável do que o meio ambiente urbano pode proporcionar, combatendo, simultaneamente, a expansão insustentável do processo de produção do espaço, na perspectiva de promover a soberania e segurança alimentares.

Figura 2. Grupo de mulheres do Espaço Mulher (GEM) da Comunidade Passarinho.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Entre outras significativas conquistas do GEM, além da referida consolidação das práticas de agricultura urbana agroecológica pela implantação de hortas e quintais produtivos, em Passarinho, destacamos o fortalecimento dos saberes

tradicionais representados pelo desenvolvimento de plantas medicinais. Assim sendo, tem-se consolidado uma perspectiva de agrosociobiodiversidade no território em epígrafe.

Desse modo, o protagonismo das mulheres negras, pela agricultura urbana, não pode ser dissociado da utilização do território que ocupam e transformam. Isto porque, para elas, a terra não é apenas um meio de produção, mas, concomitantemente, lugar de pertencimento e reapropriação, onde seus saberes ancestrais e culturais encontram espaço para florescerem.

Ademais, as mulheres, em Passarinho, passaram a participar ativamente dos debates sobre meio ambiente, políticas públicas e direitos, como perspectiva de fortalecer o seu território de vida e existência. Destarte, reunidas em coletividade e reapropriando-se dos conhecimentos da cultura popular, tornam-se mais fortes para transformar sua própria realidade no sentido da construção de outros caminhos ao desenvolvimento territorial.

Protagonismo das mulheres no bairro Dois Irmãos, por meio do terreiro Ilê Asè Alagbede Orum

A história oficial do Brasil também invisibilizou a participação das mulheres negras que resistiram às violências coloniais mediante o sagrado para construírem suas próprias histórias, a partir da sabedoria dos seus ancestrais. Assim, mesmo em condições de desigualdades, elas garantiram proteção espiritual, afeto, sustento econômico e continuidade das comunidades, acolhendo e constituindo novas formas de famílias. As comunidades de tradições religiosas afro-indígenas são territórios-colo, contrapondo-se ao capitalismo, por seus princípios cosmológicos e de cosmo-percepções.

> Há registros de muitos exemplos de lideranças femininas deste período que, apesar de enfrentarem todas as violências do período escravista, participaram de revoltas, compraram as próprias cartas de alforria, acumularam riquezas, incluindo escravizados, joias e imóveis, além de circularem pelos espaços públicos e comandarem os grupos religiosos de práticas africanas. [...] Muitos desses valores tradicionais [...] constituíram importantes fundamentos na diáspora negra no Brasil, na qual mulheres afrodescendentes operaram estratégias que não foram percebidas pela política opressora, ainda que suas ancestrais africanas também tenham se debatido com imaginários inferiorizantes, que constituíram obstáculos para as relações delas com o mundo branco (ALEXANDRE, 2021, p. 171-2).

Portanto, as mulheres negras, líderes religiosas, não devem ser reduzidas a um lugar menor na história do Brasil. Lélia Gonzalez, na condição de ativista, também se preocupava com as opressões sofridas por mulheres de terreiros, denunciando-as e ressaltando que as *iyalorixás* e mães de santo são importantes não apenas no campo religioso; mas, ao mesmo tempo, no campo mais amplo da cultura brasileira (figura 3).

Figura 3. Card 08 de março de 2022 – Rede de mulheres de Terreiro de Pernambuco.



Fonte: Acervo do Ilê Asé Alagbede Orun, Recife, 2019.

Esta imagem representa a continuidade do axé plantado pelas africanas *Iyá Detá, Iyá Akalá e Iyá Nassô,* valorizando o respeito à mais velha – a *Iyá* –, ao cuidado e à imersão no espaço sagrado e, por sua vez, destacando a relação intrínseca do humano com o meio ambiente (SODRÉ, 2002). Valoriza-se o princípio da coletividade ancestral, fortemente presente no protagonismo feminino, a partir dos terreiros, consolidando o seu lugar no espaço urbano.

Uma pesquisa nacional, que mapeou o axé, realizada em 2010, sob o objetivo de conhecer a realidade dos terreiros de quatro capitais brasileiras, no contexto das suas respectivas regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife), revelou dados referentes à localização, às atividades comunitárias realizadas e à infraestrutura disponível, entre outros. No Recife, há 4.045 terreiros, dos quais 1.261 encontram-se na Região Metropolitana do Recife (RMR) e 571 no Recife. Destes últimos, 48% são liderados por mulheres.

> Os terreiros desempenham um papel extremamente importantena promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades em que vivem e atuam.Nesses espaços, marcados pela solidariedade social, é prática comum a distribuição de alimentos, a valorização dos alimentos saudáveis, diversificados e culturalmente adequados. (MAPEANDO O AXÉ, 2024)

A maioria dos terreiros localiza-se na periferia das principais centralidades da cidade, convivendo com a fome e a precariedade infraestrutural dos bairros, representada, sobretudo, por dificuldades de acesso à água, ao saneamento, e ao transporte público, entre outros problemas decorrentes das desigualdades sociais inerentes ao capitalismo patriarcal e racista brasileiro (BRASIL, 2024).

Frente às desigualdades e injustiças territoriais na cidade, as mulheres de terreiro organizam-se em rede, reafirmando o seu protagonismo – de mulheres negras e de terreiro – na perspectiva da conquista do direito a viverem livres das diversas formas de violência que lhes afligem historicamente.

Desse modo, tal como acontece no terreiro *Ilê Asè Alagbede Orum*, as mulheres negras fortalecem seu lugar no que tange à administração do cuidado, da cura e da tarefa de organizar as relações políticas e culturais, fazendo dos terreiros espaço seguro para contribuir na efetiva conquista da cidadania. A promoção dos encontros, a realização das ações de denúncia, o combate ao racismo e à intolerância religiosa e as proposições de políticas públicas capazes de impactarem na mudança da realidade vivida constituem relevantes ações.

Elas manipulam com excelência os bens naturais – chamados não à toa "recursos naturais" pelos agentes do capitalismo –, e sempre ocupam posições consideradas de "poder" entre o terreiro e pessoas brancas de classe média e política. Hábeis negociadoras, atuam como comerciantes, mães e guardiães da ancestralidade africana, além de representarem, em vários períodos da história, como a única possibilidade do povo negro ser incluído na sociedade.

> O papel das mulheres nas religiões afro-brasileiras é fundante, elas atuam como guardiães da cultura religiosa dos terreiros em diferentes lugares do país. Recife possui muitas referências femininas do axé como Dona Biu, Dona Santa, Dona Badia, Dona Nise [...] e Inês Joaquina da Costa, conhecida como Tia Inês [...] ou Ifa Tinuké, aquela que plantou o axé no terreiro de Pai Adão, Mãe Amara, que lutou junto a outras mães de Santo para a liberação do toque nos terreiros, e tantas outras que preservam tradição das religiões afro-brasileiras na cidade (NASCIMENTO, 2017, p.195).

Com a força do axé, mulheres negras de terreiro têm lutado sistematicamente contra o racismo, o machismo e o capitalismo patriarcais presentes na sociedade capitalista colonial-moderna-racista; o que também é exemplificado pelo caso de Mãe Bernadete, liderança religiosa quilombola, assassinada por defender o direito sagrado à existência no território[14].

Considerações finais – brechas abrindo caminhos possíveis para o fortalecimento do território e a libertação

A despeito da força inerente à natureza colonialista da sociedade de classes, tem-se observado, a partir dos exemplos das três experiências de protagonismo anteriormente ressaltadas, a evolução de uma geografia feminina, pela qual as mulheres negras vêm, cada vez mais, conquistando sua condição de seres visíveis e fortes na sociedade brasileira.

Entretanto, a transformação concreta da sociedade deve fundamentar-se na construção e prática de um projeto crítico-libertador oriundo, portanto, do diálogo entre as contribuições relacionais referentes à teoria crítica, à intersetorialidade e à decolonialidade. Isto porque, constituindo obra conjunta de todos/as, somente esse

14 Reportagem intitulada "As duas mortes de Mãe Bernadete. Em vida, ninguém escutou os pedidos de proteção de Mãe Bernadete. E agora?", autoria de Flavio VM Costa, 2023. Consultar: https://www.intercept.com.br/2023/08/18/as-duas-mortes-de-mae-bernadete/

diálogo é capaz de valorizar a diversidade, escutando as suas protagonistas, e de considerar as suas palavras.

> La brecha decolonial que es posible pleitear dentro de la matriz estatal será abierta, precisamente, por la devolución de la jurisdicción y la garantía para deliberar, lo que no es otra cosa que la devolución de la historia de la capacidad de cada pueblo de desplegar su propio proyecto histórico[15] (SEGATO, 2013, p. 76).

Na elaboração e implementação do projeto supracitado, também para Segato (2013), o povo deve constituir o verdadeiro vetor histórico na condição de agente coletivo de um projeto histórico. Isto porque ele tem vivido um passado comum e, ao mesmo tempo, buscado construir um futuro comum, a partir dos seus próprios lugares de vida e existência, a exemplo das experiências de protagonismo feminino das mulheres negras.

> Un papel para el Estado sería entonces, como dijimos, el de restituir a los pueblos su fuero interno y la trama de su historia, expropiada por el proceso colonial y por el orden de la colonial modernidad, promoviendo al mismo tiempo la circulación del discurso igualitario de la modernidad en la vida comunitaria. Contribuiría, así, a la sanación del tejido comunitario rasgado por la colonialidad, y al restablecimiento de formas colectivistas con jerarquías y poderes menos autoritarios y perversos que los que resultaron de la hibridación con el orden primero colonial y después republicano[16] (SEGATO, 2013, p. 79).

Walsh (2015, p. 8) acentuou que as brechas constituem fissuras abertas no seio da estrutura social da colonialidade, ao mesmo tempo, do poder e dos saberes, pela resistência e insurgência dos movimentos sociais do povo, o qual se movimenta por baixo e/ou pelas margens, rompendo com a referida colonialidade. E isto com a finalidade de transgredi-la com criatividade rumo a algo novo. Tratando-se do processo vivido do decolonial, a brecha "[...] engendra, invita a la aleanza, la conectividad, la articulación e interrelación, así como a la lucha por la invención, creación e intervención por sentimientos, significados y horizontes radicalmente distintos"[17].

---

15 "A lacuna decolonial que é possível litigar dentro da matriz estatal será aberta, justamente, pelo retorno da jurisdição e da garantia de deliberar o que não é outra coisa, que o retorno da história da capacidade de cada povo de exibir seu próprio projeto histórico".

16 "Um papel do Estado seria então, como dissemos, devolver ao povo o seu foro interno e o tecido da sua história, expropriado pelo processo colonial e pela ordem da modernidade colonial, promovendo ao mesmo tempo a circulação do discurso igualitário da modernidade na vida comunitária. Contribuiria, assim, para a cura do tecido comunitário dilacerado pela colonialidade e para o restabelecimento de formas coletivistas com hierarquias e poderes menos autoritários e perversos do que aqueles que resultaram da hibridização com a primeira ordem colonial e depois republicana".

O protagonismo das mulheres negras, na sociedade de classes, a partir das ações executadas no seu próprio bairro para terem acesso a bens de consumo coletivos, da prática da agricultura urbana para adquirirem a necessária segurança alimentar e das atividades ligadas à cultura da sua ancestralidade realizadas nos terreiros fortalece os seus lugares de vida e existência. Por meio deste fortalecimento, as mulheres aproximam-se das pautas fundamentais com vistas à transformação das suas vidas e, simultaneamente, da própria sociedade na qual se acham situadas.

> Mas a proximidade que interessa ao geógrafo [...] não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações. É assim que a proximidade [...] 'pode criar a solidariedade, laços culturais e, desse modo, a identidade'. [...] A cidade é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontro" (SANTOS, 1997, p. 255).

Destarte, torna-se cada vez mais evidente o papel das mulheres em geral – e, em particular, das negras – no processo de produção do espaço urbano. Este papel é, portanto, de suma relevância para a superação do lugar de exploração, subordinação e opressão em que elas se encontram situadas desde os primórdios do processo de formação histórico-territorial do Brasil.

Importante compreender, portanto, que as mulheres são diversas e que, por este motivo, as frentes de resistências também sempre serão plurais, mas que há confluências necessárias para enfrentar as desigualdades de classe, étnico-raciais, de gênero, territoriais e outros tantos condicionantes, não devendo haver superposição de nenhuma em detrimento de outra.

Ao superarem sua condição de invisibilidade fazendo-se visíveis e saindo cada vez mais do espaço privado para mobilizarem-se nas diversas instâncias do espaço público – a partir dos seus próprios territórios de vida e existência como lugares fortes –, elas contribuem para a democratização efetiva da sociedade brasileira.

Em outras palavras, associando o que colocaram Lan (2009) e Santos (1997), o fortalecimento das relações sociais das mulheres e o reforço da sua participação ativa na resolução dos seus problemas cotidianos constituem um passo importante para a superação do seu lugar de subordinação e opressão no sentido da construção do seu lugar de atrizes explícitas do processo de formação histórico-territorial do Brasil.

17 "[...] engendra, convida à aliança, à conectividade, à coordenação e à inter-relação, bem como à luta pela invenção, criação e intervenção por sentimentos, significados e horizontes radicalmente diferentes".

Bibliografia

ALEXANDRE, Claudia Regina. Exu feminino e o matriarcado nagô: indagações sobre o princípio feminino de Exu na tradição dos candomblés yorubá-nagô e a emancipação das "Exu de saia". Tese. São Paulo, 2021.

BARBOSA, Maria de Lourdes da Silva; OLIVEIRA, Maria Letícia. O cajueiro amigo: reflexões sobre o impacto dos despejos na vida das mulheres. In: GOUVEIA, Taciana (Org.). *Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade*. Recife: S.O.S. Corpo, 2008.

BARRETO, Ana Cláudia de Jesus. O protagonismo das mulheres negras do Calabar: a força do coletivo. *Anais* do Encontro Internacional e Nacional de Política Social. v. 1 n. 1 (2023): A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41213. Acesso em: 20 de fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Alimento: direito sagrado* – pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiros. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/294.pdf Acesso em: 22 de dez. 2024.

CALIÓ, S. A. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: *Anais*... 6º ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 1997. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf Acesso em 20 de fev. 2024.

CAMPOS, Dóris Jamylla Siqueira Lopes, MACHADO, Thiago Adriano. Trabalho e gênero na economia de plataforma: uma revisão teórica. *Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais*, v. 12, p. 1-19, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/view/260029 Acesso em 29 de mar 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Editora Ática, Série: Princípios, 3a. Edição, n. 174, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/39284870/O_Espa%C3%A7o_Urbano_Roberto_Lobato_Correa Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016[1981].

DAVIS, Angela; HILL COLLINS, Patricia; FEDERICI, Silvia. *Democracia para quem?* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la liberación*. Buenos Aires: Docencia, 2013.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Edições Afrontamento, 1975[1845].

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987[1884].

FAO. *Women – users, preservers and managers of agrobiodiversity*. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & sociedade. Revista de sociologia política*, Florianópolis, v. 6, n, 11, p. 41-70, out. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255 Acesso em: 05/07/2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista ciências sociais hoje/Anpocs*, p. 223-244, 1984.

HELENE, D. gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos metrópole*, v. 24, n. 46, p. 951-974, 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4612 Acesso em: 25/12/2024.

LAN, D. Género y territorio: la violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión social: notas a partir de un caso en Argentina. SILVA, J. M. (Org.) Geografías subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2013.

MAPEANDO O AXÉ. *Pesquisa socioeconômica e cultural das comunidades tradicionais de terreiro*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares (FCP). Disponível em: https://www.mapeandoaxe.org.br/cd/paginas/oprojeto.htm Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006[1846].

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1985[1867].

MEYER, D. E. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NASCIMENTO, M. B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTS, Alex (Org.). Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4934266/mod_resource/content/1/Untitled_29082019_193614.pdf. Acesso em 15 de fev. 2024.

NASCIMENTO, Maria Cristina do. Movimento social negro (MSN) e religiões afro-brasileiras. Cadernos do CEAS. Salvador/Recife, n. 240, p. 185-216, 2017.

NASCIMENTO, Marília Gomes do. Da kombi para o Espaço Mulher: mulheres negras em luta no bairro Passarinho - Recife. 2019. Dissertação (Mestrado Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Graduação em Sociologia, Recife, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36950?mode=full. Acesso em: 10 de fev. 2024.

RAGO, M. Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3881458/mod_resource/content/1/RAGO%2C%20Margareth%20-%20Do%20Cabare%CC%81%20ao%20Lar%20-%20cap%20II.pdf Acesso em: 20 de fev. 2024.

RUI, Simone Léia. Gênero, empoderamento e território: construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas. *Geografia em atos*, v. 1, n. 16, p. 45-60, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaaematos/article/view/7334 Acesso em: 28/12/2023

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. *O Brasil*. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARDENBERG, C. M. B. Mulheres em movimentos de bairro, conscientização feminista e feminismo popular em Salvador, Bahia - anos 1980 e 1990. *Revista Crítica Histórica*, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 133–160, 2019. DOI: 10.28998/rchv10n09.2019.0009. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/8029. Acesso em: 22 fev. 2024.

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SILVA, Carmen. Feminismo popular e lutas antissistêmicas. Recife: Edições SOS Corpo, 2016. Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/2016-Feminismo-popular-e-lutas-antissistemicas.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167 Acesso em: 17/12/2023.

SMITH, Susan. J. Geografia urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham. *Geografia humana*: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez, 1989.

WALSH, Catherine. Notas pedagógicas desde las grietas decoloniales. *Clivajes. Revista de Ciencias Sociales*, año II, n. 4, p. 1-11, 2015.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelas bolsas de estudo concedidas aos/às autores/as deste escrito.

Place of black women in a colonial-modern-racist society: Geography perspective

In Brazil, women, including black women, have not yet completely freed themselves from the patriarchalism's influences that has guided their historical-territorial formation process under the parameters of the colonial-modern-racist regime. However, they never remained silent and always fought in order to gain their place in Brazilian society, through their leading role in the producing urban space. For this reason, our main objective is to reflect on the place of black women in Brazilian society, through actions carried out in the neighborhood, in urban agriculture and in the terreiros. Within the scope of the critical method of approaching the historical-territorial dimension of women's place in Brazilian society, we opted for the following procedural methods: bibliographical review, experiences of territory using of female protagonism and discussion and reflection on theoretical and empirical findings. We demonstrate, in the end, that, through their leading actions, women remain firm and strong in the fight to conquer their true place in Brazilian society.

KEYWORDS: female protagonism, power or place, Coque, urban agriculture, terreiro

Lugar de las mujeres negras en una sociedad colonial-moderna-racista: perspectiva geográfica

En Brasil, las mujeres, incluidas las negras, aún no se han liberado completamente de las influencias del patriarcalismo que ha guiado su proceso de formación histórico-territorial bajo los parámetros del régimen colonial-moderno-racista. Sin embargo, nunca guardaron silencio y siempre lucharon por ganar su lugar en la sociedad brasileña, a través de su papel protagónico en la producción del espacio urbano. Por eso, nuestro principal objetivo es reflexionar sobre el lugar de la mujer negra en la sociedad brasileña, a través de acciones realizadas en el barrio, en la agricultura urbana y en los terreiros. En el ámbito del método crítico de abordaje de la dimensión histórico-territorial del lugar de las mujeres en la sociedad brasileña, optamos por los siguientes métodos procedimentales: revisión bibliográfica, experiencias de uso del território desde el protagonismo femenino y discusión y reflexión sobre hallazgos teóricos y empíricos. Demostramos, al final, que, a través de sus acciones protagónicas, las mujeres se mantienen firmes y fuertes en la lucha por conquistar su verdadero lugar en la sociedad brasileña.

PALABRAS CLAVE: protagonismo femenino, fuerza del lugar, Coque, agricultura urbana, terreiro

Artigo recebido em abril de 2024. Aprovado em abril de 2025.